

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

**REQUERIMENTO N° , DE 2015
(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

Requer seja convocado o Diretor Financeiro da JBS S/A, para que preste esclarecimento sobre as relações contratuais mantidas entre as sociedades que dirige e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Diretor Financeiro da JBS S/A, para que preste esclarecimento sobre as relações contratuais mantidas entre as sociedades que dirige e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

JUSTIFICAÇÃO

Uma emenda aprovada pela Câmara e pelo Senado proíbe o BNDES de alegar sigilo sobre empréstimos concedidos a empresas brasileiras ou a entes internacionais. A Presidente Dilma decidiu vetar o texto.

O Tribunal de Contas da União havia pedido ao banco informações sobre empréstimo concedido ao grupo JBS/Fribri. O TCU viu indícios de irregularidade e cobrou informações ao banco público de fomento sobre operações realizadas entre 2009 e 2014. A instituição, no entanto, alegou sigilo.

O relator do caso no Supremo, Sr. Luiz Fux, deixou claro que o sigilo é descabido quando uma operação envolve instituição pública e dinheiro igualmente público: “Quem contrata com o Poder Público não pode ter segredos, especialmente se a revelação for necessária para o controle da legitimidade do emprego dos recursos públicos”.

O dinheiro que o BNDES empresta a empresas nacionais e entes estrangeiros é captado no mercado pela Taxa Selic e passado adiante a juros subsidiados. O conjunto dos brasileiros arca com a diferença.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

Ao longo dos últimos anos diversas matérias veiculadas nos jornais e revistas de maior circulação do país nos tem informado sobre os diversos aportes de recursos realizados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao grupo JBS/Friboi.

A justificativa para a realização de tais aportes apresentada foi a de que o setor de carnes foi eleito prioritário pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) levada a cabo pelo governo federal, devido ao seu dinamismo, e de que determinadas empresas deveriam ser auxiliadas em seus planos de expansão, notadamente aquelas que poderiam ocupar posições de destaque no mercado internacional.

Tais aportes tem sofrido uma série de contestações das mais diversas ordens. Em julho de 2007, por exemplo, as operações do BNDES em apoio ao Grupo JBS/Friboi, bem como a outras empresas do setor frigorífico, foram contestadas por não levar em conta o componente ambiental deixando de lado garantias de responsabilidade das empresas na preservação do meio ambiente.

Em 2008 a “Operação Santa Tereza” da Polícia Federal descobriu uma quadrilha que operava na intermediação de empréstimos junto ao BNDES, à ocasião foi amplamente noticiado o envolvimento da quadrilha no empréstimo ao Grupo JBS/Friboi. No mesmo ano, a Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFRIGO protestou contra a política do BNDES para o setor levando a uma ampliação da concentração econômica, fato esse também repudiado pelos produtores rurais que acusam essa concentração de trazer sérios prejuízos à produção nacional.

Em 2010 a Revista Veja publicou reportagem denunciando a operação de e trazendo novas informações a história, entre elas a de que existe uma cláusula contratual obrigando a JBS a internacionalizar-se. Caso tal promessa não se materializasse a referida empresa deveria pagar multa contratual de cerca de meio bilhão de reais. Até agora, tal medida não foi efetivada.

Em fevereiro de 2011 o jornal Estado de São Paulo informa que o Ministério Público Federal, no Rio de Janeiro, abriu inquérito para averiguar possíveis irregularidades na aquisição de debêntures do grupo JBS/Friboi pelo BNDES.

Conforme reportagem do UOL, veiculada em 28 de janeiro de 2015, a JBS, maior exportadora de carne bovina do mundo e dona da marca Friboi, doou a campanhas eleitorais o equivalente a 18,5% do dinheiro que tomou emprestado do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) entre 2005 e 2014.

De acordo com o BNDES, o grupo pegou emprestados R\$ 2,5 bilhões entre 2005 e 2014, que foram liberados para operações como financiamento de exportações e compra de equipamentos, e não foram usados nas doações eleitorais.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

Entre 2007 e 2009 o BNDES injetou 8,1 bilhões de reais no conglomerado. Não foram simples empréstimos, mas capitalizações, ou seja, o banco virou sócio da empresa. É impressionante a sinergia. Em dezembro de 2006, a instituição não tinha ações da companhia. Hoje é o segundo maior acionista da JBS. Detém 23,19% dos papéis da empresa.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de setembro de 2015.

Arnaldo Jordy
PPS/PA